

A soberania de Deus na educação

Rousas J. Rushdoony

Embora nossa evidência no momento seja fragmentária, uma das áreas mais interessantes de estudo na igreja primitiva refere-se à membresia na igreja. À primeira vista, algo que nos surpreende é tanto a flexibilidade quanto a severidade das normas. A primeira epístola de Paulo aos Coríntios nos mostra que alguns membros novos ainda se aferravam à crença grega de que os pecados da carne não tinham importância, porque unicamente o espírito tinha relevância religiosa; se jactavam de sua “liberdade” em assuntos da carne (1Co. 5:1-2). Por outro lado, a reação imediata de Paulo foi requerer e assegurar a excomunhão do ofensor (1Co. 5:12) e logo sua restauração baseada no arrependimento (2Co. 2:6-11).

No Concílio de Ancira, em 314 d.C., vemos com quanta seriedade o pecado foi considerado, e os membros em pecado impedidos da comunhão completa por um longo período de tempo como uma penalidade por suas ofensas: sete anos para adultério, dez anos para aborto, e assim por diante; aos homicidas arrependidos se concedia comunhão completa somente em seu leito de morte. A igreja castigava as ofensas capitais, que o Estado não castigava com a morte, com um extenso lembrete da seriedade destas ofensas. A prática da adivinhação, a magia, a feitiçaria, e coisas similares, recebiam uma pena de cinco anos de suspensão.

Um dos debates que dividiu a igreja primitiva referia-se ao retorno, após as perseguições, de membros que haviam negado a Cristo quando confrontados com a morte. A igreja em geral favoreceu a restauração após o devido processo, enquanto grupos separatistas rejeitaram a readmissão.

Outro problema que perturbou a igreja foi a *vocação* dos membros. Poderia ser cristão um soldado, ou juiz, ou funcionário imperial, ou uma série de outros tipos? A atitude moderna é passar por cima desse ponto fazendo referência a Filipenses 4:22: “Todos os santos os saúdam, especialmente os da casa de César”. Esta citação provavelmente se refere a homens que ocupavam posições elevadas na administração dos assuntos de César. Eram cristãos no pleno sentido da

palavra, e aparentemente isto encerraria este assunto. Mas não totalmente. Sabemos que, ainda que todas as vocações legítimas fossem chamados piedosos, muitos dos homens que tinham tais vocações, quando eram ordenados a fazer algo que ia de encontro à sua consciência, renunciavam, dando testemunho contra as ordens, e morriam por sua fé. O homem justificado tinha que justificar seu chamado em termos da Palavra de Deus e de sua utilidade ao Reino de Deus. Havia um forte sentimento de responsabilidade com o Reino, sentimento que hoje ignoramos. Não devemos idealizar a igreja primitiva: ela tinha problema e erros sérios, com freqüência estava contaminada com filosofias gregas, tinha problemas com convertidos ignorantes e fracos, e muitas vezes enfrentava tensões internas. O que definitivamente a distinguia em um mundo agonizante e fragmentado era um senso muito forte de ser uma nova humanidade em Cristo, a raça nova e vitoriosa nascida do último Adão e, portanto, uma comunidade com fortes laços mútuos. Williams, embora chame atenção às aberrações da igreja primitiva, afirma que ela foi uma igreja sumamente excepcional:

Se o dia do juízo tivesse chegado naqueles tempos, a maioria dos crentes seria posta à direita do Rei. Cuidava-se dos enfermos e dos pobres, e se encontrava trabalho para os desempregados. Os estrangeiros eram recebidos como irmãos em Cristo. Aqueles que haviam perdido tudo, em lugar de negarem sua fé, recebiam abrigo e apoio. Nosso serviço anual matutino era uma preocupação diária, pois cada dia trazia sua mensagem de Páscoa. A vida privada de cada um pertencia à comunidade dos santos e era modelada por seus decretos e sustentada por seus recursos. Também se afirmava que o lar era uma reserva espiritual para nutrir a família no amor e temor do Senhor. Eles eram cidadãos do Reino de Deus e os maiores benfeitores do Estado.¹

O senso de comunidade era intensamente forte. Juliano, o imperador anticristão, declarou: “Estes ateus galileus não somente alimentam a seus próprios pobres mas também aos nossos; nossos pobres necessitam de atenção”.

A igreja primitiva levou a sério as palavras de Paulo em 1Co. 7:20–23. *Primeiro*: os homens piedosos não são revolucionários: o

¹ Robert R. Williams: *A Guide to the Teachings of the Early Church Fathers*, p. 131. Grand Rapids: Eerdmans, 1960.

caminho do Senhor é a regeneração, não a revolução. Então, um assalto direto, por exemplo, contra a escravidão estava proibido. *Segundo*: se possível, eles deveriam buscar a liberdade honestamente como uma condição melhor aos homens livres de Deus. *Terceiro*: como servos ou escravos de Cristos, comprados por preço, não podiam escravizar-se de maneira voluntária entregando assim sua liberdade a outros homens.

Como resultado, ainda que os cristãos pudessem ocupar posições oficiais no governo de César, eram servos unicamente de Cristo. Diferentemente dos funcionários modernos, eles não se enxergavam como servos do povo, nem como servos do Estado. Eram *servos de Cristo*, “comprados por preço”.

A igreja primitiva tinha graves debilidades que sobrepõem em muitos as debilidades que têm a igreja na atualidade, porém sua força era muito maior. Havia várias razões para isto. *Primeiro*: como assinalou Williams, os fiéis eram uma comunidade, e uma comunidade responsável. *Segundo*: a igreja primitiva era consciente de seu *conflito com o mundo*; hoje há muito pouco senso de conflito. Atualmente não ocorreria a uma igreja, a seus oficiais, ou a seus membros formular perguntas como estas: O juiz que não desafia a lei humanista, a mesma que controla o nosso país, é fiel a Cristo? É um servo do povo, ou do Estado, ou é um servo de Cristo? É fiel a Cristo o membro de um sindicato que não age contra as táticas humanistas e coercivas dos sindicatos? Podem os patrões e os empregados fazer pouco caso de Efésios 6:5–9 e serem considerados piedosos? Se não aceitamos aliciadores e prostitutas na membresia da igreja, porém, podemos aceitar de maneira legítima os antinominianos que assumem que uma profissão verbal de fé pode servir de substituto ao repúdio de Cristo em suas ações?

Acima de tudo, podemos preservar na membresia pessoas que confessam Cristo como Senhor e Salvador e, não obstante, entregam seus filhos a uma escola ímpia? Houve um tempo em que a maioria das igrejas dizia que não; umas poucas, contudo, têm a formalidade de pedir aos membros que recordem sua obrigação de criar seus filhos no Senhor, porém isto já não serve de fundamento para a excomunhão. Mas a Escritura ainda exige, repetidas vezes, que ensinemos a Palavra–Lei de Deus a nossos filhos (Dt. 6:7, 20–25). De fato, a Escritura requer a pena de morte pela adoração a Moloque (Lv. 18:21; 20:2). Estevão

citou a adoração a Moloque como um dos grandes males de Israel (Atos 7:43).

É importante que entendamos o significado da adoração a Moloque. A palavra é de fato *Melek, rei*, porém os profetas hebreus a pronunciavam propositalmente errada, introduzindo as vogais da palavra hebraica equivalente a *vergonha*. Meleque, Moloque, ou Milcom, ou literalmente, o rei, era o deus dos amonitas e outros povos. Esta religião não afirmava a soberania do Deus da Escritura, mas a deidade do Estado e seu governante. Passar os filhos no fogo ante Moloque era oferecer um sacrifício humano, e este aspecto dramático da fé é o que a maioria das pessoas recorda, sem pensar muito em seu significado. Tais sacrifícios humanos eram exigidos somente em ocasiões especiais. A princípio, afirmavam o senhorio absoluto do rei, que tinha o direito de tomar *qualquer casa* quando sua necessidade o exigisse. *O sacrifício humano era a forma de estabelecer o direito de propriedade sobre todos os filhos de todos os tempos*. Eles pertenciam ao Estado, para que se lhes ensinassem a fé do Estado, para que morressem pelo Estado, trabalhassem para o Estado, e, em todas as coisas, fossem criaturas de seu rei, Moloque. De modo que, o coração da adoração a Moloque não era o sacrifício humano sangrento mas o sacrifício humano da submissão diária ao rei como senhor e soberano absoluto.

Para o homem de fé, a resposta bíblica a Moloque se encontra nos primórdios. Deus como soberano absoluto afirmou Seu direito de pedir a vida de Isaque a Abraão (Gn. 22). Abraão concordou com isto, e foi abençoado por Deus. Deus não queria a morte de Isaque, mas desse modo deixou claro Seu direito absoluto à vida de todos os filhos do pacto. Nossos filhos pertencem a Deus, não ao homem, nem ao pai (como o caso de Abraão), nem ao Estado Moloque.

O tema crucial na atualidade é a adoração a Moloque. A razão mesma para justificar o estabelecimento de escolas estatais tem sido, desde os dias de Horace Mann, o controle do homem por parte do Estado.² Já em 1788, Jonathan Jackson, um defensor da educação estatal na Nova Inglaterra escreveu contra as escolas privadas e os donos de jornais em sua obra *Thoughts Upon the Political Situation of the United States*; a estatização era seu evangelho. Ele sustentava que a sociedade

² Ver R. J. Rushdoony: *The Messianic Character of American Education*. Nutley, New Jersey: The Craig Press (1963) 1972.

deveria ser uma grande família tendo o governante maior como seu pai.³ Isto, é claro, é tão somente a tese da sociedade de Moloque. O reinado de Cristo é substituído pelo reinado do Homem.

Este mal se agrava pelo fato de que supostos cristãos atualmente fizeram uma separação entre senhorio e salvação, negando o senhorio de Cristo antes do milênio. Essa perspectiva nega a Cristo, de quem se diz enfaticamente na Escritura que é “o Senhor Jesus” (Rm. 10:9, etc). Ademais, Paulo declara em 1Co. 12:3:

Portanto, os faço saber que ninguém que fale pelo Espírito de Deus diz: Jesus é anátema. E ninguém pode dizer: Jesus é Senhor, senão pelo Espírito Santo.

Isto deixa claro que, se os homens negam que “Jesus é Senhor”, então *não* falam “pelo Espírito de Deus” mas por outro espírito.

As raízes de nosso problema atualmente se acham em parte na influência do maniqueísmo sobre a igreja. O maniqueísmo dividia a realidade em dois âmbitos: o espiritual, sob o deus bom, e o material, sob o deus mal. Tudo que alguém fizesse no âmbito material era, por natureza, alheio e irrelevante para a justiça. Isto punha o matrimônio, o incesto e a homossexualidade num mesmo nível na teoria, e em alguns casos, também na prática. Significava também que o senhorio do deus bom se limitava ao âmbito espiritual, e se devia evitar a participação de seu povo no âmbito material pois isso significaria um compromisso com o mal.

Sob a influência das idéias neoplatônicas e maniqueístas, a igreja em anos recentes se retirou do mundo, se retirou da educação, da política, da ciência, das artes, e de todas as demais áreas. Desse modo negou o senhorio de Cristo Jesus.

Em Jeremias 31:31-34, temos uma profecia do novo pacto em Cristo e seus resultados finais. No v. 34 lemos:

E não ensinará ninguém a seu próximo, nem a seu irmão, dizendo: “Conhece ao Senhor”, porque todos me conhecerão, desde o menor ao maior deles, diz o Senhor. Porque perdoarei a maldade deles e de seu pecado não me lembrarei mais.

³ Ver Murray Rothbard, “Historical Origins”, in William F. Rickenbacker, editor: *The Twelve-Year Sentence*, p. 15. La Salle, Illinois: Open Court, 1974.

Está é uma visão de um mundo no qual já não é necessário o evangelismo básico, porque todos os homens têm conhecimento do Senhor. Tal ordem do mundo não é possível sem as escolas cristãs, escolas que ensinem cada uma das matérias em termos das pressuposições bíblicas e que também forneçam um estudo sistemático de toda a palavra de Deus às crianças.

A soberania de Deus na educação requer de nós que reorganizemos toda a educação em termos da fé e das pressuposições bíblicas; que afirmemos os direitos imperiais do Rei Jesus em todas as áreas da vida e pensamento, e que prestemos a nosso Senhor a devida obediência na igreja, no Estado, na escola, no lar, no trabalho, e na totalidade da vida. Nada que seja menos do que isto é cristão. A doutrina da soberania de Deus assim o requer.

Tradução: Márcio Santana Sobrinho

Fonte: The Philosophy of the Christian Curriculum, p. 111–115.